

11 DEZ 2018

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Peticionar nos autos não implica ciência inequívoca da sentença, decide STJ

O fato de a defesa peticionar nos autos não significa “ciência inequívoca da sentença” e não dispensa intimação formal. A decisão é da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao reformar decisão do Tribunal de Justiça do Amazonas.

O caso trata de uma execução extrajudicial de R\$ 52 milhões contra a Amazonas Distribuidora de Energia. O tribunal local considerou que, ao peticionar nos autos do processo eletrônico, a distribuidora de energia teria acessado o teor da sentença ainda não publicada oficialmente, ficando desde logo intimada da decisão.

Seguindo o voto da relatora, ministra Isabel Galloti, a 4ª Turma do STJ reformou o acórdão regional. Segundo a ministra, o direito de ser intimado não pode ser “mitigado” pelo processo eletrônico, ainda mais quando o sistema utilizado pelo tribunal apresentar caminhos distintos e independentes para o peticionamento e para o acesso aos autos, como acontece no TJ-AM.

Gallotti rejeitou o argumento do tribunal de que a empresa teve acesso aos autos antes de peticionar e que, por isso, deveria incidir o artigo 9º da Lei 11.419/06, a Lei do Processo Eletrônico.

## Justiça derruba liminar que suspendia fusão da Embraer com a Boeing

O desembargador Souza Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), derrubou a liminar da 24ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo que impedia, temporariamente, o processo de transferência da Embraer para a Boeing. Para o magistrado, a ação popular foi “precipitada, infundada e carente de demonstração de qualquer vício de legalidade da operação negocial em andamento”.

No entendimento do desembargador, a negociação ocorre “entre duas empresas privadas, que operam segundo os princípios da livre iniciativa e liberdade negocial, não se vislumbrando afetação a interesses públicos e nem restrições advindas de normas jurídicas em geral, constitucionais ou legais, de forma que se mostra incabível qualquer interferência do Poder Judiciário em tais ajustes que destoe do controle da legitimidade dos atos praticados”.

## METRO

### Embraer. Tribunal derruba liminar que impedia venda

O TRF3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) revogou ontem liminar que impedia a Embraer de vender o controle de sua divisão de aviação comercial para a Boeing, acolhendo recurso da AGU (Advocacia-Geral da União).

A liminar havia sido concedida na última semana pela Justiça Federal de São Paulo, que acolheu parcialmente ação de quatro deputados federais petistas que pediam suspensão do negócio.

O pedido da AGU requereu suspensão da liminar



TRF3 acolhe pedido da AGU e revoga liminar. ROOSEVELT CASSIO/REUTERS

até o julgamento definitivo da ação. Segundo a AGU, a liminar “afrontava a separação dos poderes e a ordem política-administrativa, uma vez que impedia a União de decidir” se dará aval ao negócio. ✪ METRO

# METRO 11 DEZ 2018

# Doze são presos por suposta fraude no SUS

**saúde.** Operação do Gaeco resultou na prisão de médicos e assessores de dois deputados, além de um ex-assessor do governador eleito Ratinho Júnior.

Eles são suspeitos de agendar procedimentos mediante pagamento

Doze pessoas foram presas ontem em uma operação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), do Ministério Público do Paraná, suspeitas de fraudar o SUS (Sistema Único de Saúde). Segundo o Gaeco, a operação Mustela investigou uma organização criminosa que cobrava por consultas com o objetivo de “furar a fila” do SUS.

Os agentes cumpriram 44 mandados de busca e apreensão, em gabinetes da Assembleia Legislativa, no hospital São Lucas, em Campo Largo, e na sede de um partido, o PSC. Entre os presos estão dois assessores dos deputados Ademir Bier (PSC) e Luiz Cláudio Romanelli (MDB) e um ex-assessor do deputado e governador eleito Ratinho Júnior (PSC). Foram presos ainda quatro médicos e dois funcionários do hospital São Lucas e um vereador da cidade de Bandeirantes, no norte do Paraná.

De acordo com o promotor Leonir Batisti, pessoas que precisavam de atendimento procuravam assessores de deputados ou do vereador suspeito, que agiam para burlar a fila de procedimentos do SUS. Os pacientes agendavam uma consulta particular, pagavam por ela e em seguida eram encaminhados para o sistema. Médicos do São Lucas e de mais dois hospitais são suspeitos de receber dos pa-

## 8 mil

Reais foi o preço máximo cobrado de pacientes que buscavam furar a fila do SUS, segundo a investigação do Gaeco

cientes e também do SUS pelos atendimentos.

“Havia uma nítida intenção de receber dinheiro por fora”, disse Batisti. “O SUS acabava pagando por esse tratamento, com prejuízo de todos que estavam aguardando na fila”.

O promotor Hugo Corrêa Urbano, da Promotoria de Campo Largo, disse que os deputados não são suspeitos de receber dinheiro. “Os intermediários trabalhavam para políticos e os políticos buscam benefício eleitoral, e não financeiro”, afirmou. “Tudo indica que o destino do dinheiro era os médicos”.

A empresa de agendamento de consultas Solumedi é suspeita de participar do esquema, segundo Urbano. Um dos donos da Solumedi era o irmão do governador eleito, Gabriel Martinez Massa. O Gaeco informou que Ratinho Júnior não é alvo da investigação.

Segundo Leonir Batisti, os valores eram cobrados de acordo com o procedimento e variavam de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil. **METRO CURITIBA**

11 DEZ 2018

# FOLHA DE LONDRINA

# Gaeco descobre esquema de cobrança a pacientes do SUS

## Operação Mustela investiga a prática de "fura-filas" no sistema de saúde pública; 12 pessoas são presas

Rafael Costa  
Reportagem Local

**D**oze pessoas foram presas temporariamente na manhã desta segunda-feira (10) em uma operação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), do Ministério Público do Paraná, que investiga um esquema de cobrança de pacientes para furar a fila do SUS (Sistema Único de Saúde).

A operação, batizada de Mustela, também cumpriu 44 mandados de busca e apreensão em dez cidades do estado, incluindo o gabinete do deputado estadual Ademir Bier (PSD), o diretório do PSC e hospitais.

Foram presos dois médicos, assessores, secretárias e intermediadores - um deles vereador em Bandeirantes. As buscas também foram feitas nas cidades de Marechal Cândido Rondon, Almirante Tamandaré,

Campina Grande do Sul, Telêmaco Borba, Campo Magro, Colombo e Siqueira Campos.

### LIGAÇÕES COM POLÍTICOS

Um assessor lotado no gabinete de Bier, Paulo Mendes de Moraes - o "Paulinho" - teve a prisão temporária determinada por suspeita de ser um dos intermediários responsáveis por atender e encaminhar pacientes do interior para o esquema com fins eleitorais. Para o Gaeco, Bier "tinha convicção de que a situação era feita mediante cobrança com atendimento pelo SUS". Em nota, o deputado negou envolvimento em qualquer ilícito e disse que, caso se confirme a participação do assessor, ele "não agiu com anuência e autorização do deputado".

Segundo a investigação, o vereador de Bandeirantes preso, José Carlos Martins (o Zé Mano, do PPS), "fazia

essa intermediação nesse mesmo sentido".

"Indícios apontam que os intermediários trabalham para políticos, e os políticos procuram benefício eleitoral, e não financeiro. O dinheiro era destinado aos médicos", disse o procurador de Justiça Leonir Batisti, coordenador estadual do Gaeco, em entrevista coletiva na manhã desta segunda.

Já a busca no diretório do PSC ocorreu porque um dos suspeitos, identificado como Lourival Pavão, utilizou o local para atender os solicitantes.

Também preso temporariamente, Pavão é ex-assessor de Ratinho Junior (PSD) na Assembleia Legislativa do Paraná. Batisti, contudo, disse que o governador eleito não é investigado, e que os promotores não têm "nada que evidencie qualquer participação ou conhecimento do então deputado".

**CONTINUA**

A assessoria do governador eleito esclareceu que Pavão exercia funções “com ações específicas de orientação na área de assistência social”, e foi exonerado em setembro devido a uma “revisão de estrutura” do gabinete. O deputado não teria qualquer conhecimento a respeito das supostas irregularidades.

Outra relação com Ratinho Jr. levantada na coletiva seria a suposta ligação de sua família com a empresa Solumedi, à qual os promotores atribuíram indícios de participação no esquema.

“A Solumedi tem, sim, ligação com a família”, disse Batisti. “E a outra questão dessa empresa é que ela, segundo eles dizem, trabalha ‘associando’ pessoas. As pessoas procuram a empresa, essa empresa tem um cadastro de médicos e esses médicos, então, fariam um atendimento privilegiado - ou seja, não cobram o valor pleno de uma consulta particular, mas cobram uma parte -, servindo essa empresa, Solumedi, então, como mediadora. Por enquanto está se verificando se essa empresa chegava e as pessoas tinham consciência de que também estavam burlando. Porque, a priori, constitucionalmente, não é vedado que uma empresa crie um sistema desse”, disse.

A assessoria de Ratinho Junior informou que a empresa Gralha Azul, responsável por outros investimentos do Grupo Massa, teve participação societária durante cerca de um ano na Solumedi, até julho deste

ano, e que a sociedade se encerrou por questões estratégicas. O uso da imagem do apresentador Carlos Massa, o Ratinho, no material publicitário da empresa, é referente a um contrato de publicidade encerrado em setembro. A retirada do material será pedida na Justiça.

Tatiane Gimenez, proprietária da empresa, confirmou por telefone que a Solumedi não tem ligação com a família além da utilização do apresentador Ratinho como garoto propaganda, e afirmou que sequer tem convênio com os hospitais investigados pela Operação Mustela. Ela disse, ainda, que a empresa não trabalha com o SUS.

A reportagem não conseguiu localizar as defesas de Paulo de Moraes, Zé Mano e Lourival Pavão.

### COMO FUNCIONAVA

Segundo Batisti, pessoas em busca de atendimento médico ou em necessidade de procedimentos cirúrgicos buscavam os intermediários, que faziam contato com os médicos ou o próprio hospital. Uma primeira consulta paga era realizada e o paciente era inserido no SUS, furando a fila como se fosse um atendimento emergencial. Os montantes variavam entre R\$ 2 mil e R\$ 8 mil, que eram destinados aos médicos. Eles ainda recebiam pelos procedimentos o pagamento do SUS, que reembolsa os hospitais pelo serviço e pelo material.

“O médico, além de receber estes R\$ 2 mil, ainda recebe R\$ 3 mil ou R\$ 4 mil pelo pagamento desse mesmo serviço”, explicou Batisti. “Havia uma nítida intenção de receber dinheiro por fora, a favor dos médicos e do hospital, e o SUS é que acabava pagando por esse tratamento, com prejuízo de todos aqueles que estavam pacientemente aguardando”, descreveu Leonir.

Para Batisti, é provável que o esquema aconteça “já há algum tempo” e que envolva “várias outras pessoas” além das investigadas na Operação Mustela. “É uma situação que deve ser numericamente muito maior”, disse o procurador de Justiça.

### INVESTIGAÇÃO

A operação Mustela é feita com a promotoria de Justiça de Campo Largo, que investiga há cerca de 18 meses denúncias de pacientes que relatavam ter sido cobrados para poderem passar por cirurgias e consultas. Acusações semelhantes vinham de várias cidades diferentes, segundo o promotor Hugo Urbano, da 1ª Promotoria de Justiça de Campo Largo. “Eles se sentiram lesados e procuraram o MP em suas comarcas, que encaminharam para promotoria do local do crime”, disse.

## CONTINUA

11 DEZ 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

O MPPR antevê a hipótese de denúncia por crime de concussão. A investigação não mira as pessoas que pagaram pelo atendimento. Os promotores sugeriram que não está claro se os pacientes tinham pleno conhecimento de que estariam burlando o sistema, e ponderaram que essas pessoas estariam “premidas pelas circunstâncias”.

Urbano disse que a investigação considera vítimas os pacientes que pagaram para passar à frente na fila. “A pessoa precisa do procedimento de saúde, está passando por dor ou necessidade que avalia ser maior que as dos outros, não consegue pelos meios ordinários e, diante da facilidade, tenta arranjar dinheiro para conseguir o procedimento mediante pagamento”, disse.

# 11 DEZ 2018

## FOLHA DE LONDRINA



**SOLENIDADE**- Ao ser diplomado nesta segunda (10), em cerimônia no Tribunal Superior Eleitoral, conduzida pela ministra Rosa Weber, o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), fez um discurso conciliatório e pediu o apoio de todos. Ele prestou continência para a plateia e foi aplaudido e chamado de mito por parte dos presentes

11 DEZ 2018

# FOLHA DE LONDRINA



- Poxa, apareceu uma manchinha aqui...
- Não estou vendo nada...



11 DEZ 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### MP forma força-tarefa para investigar João de Deus

Goiânia - O Ministério Público de Goiás montou uma força-tarefa nacional para investigar as denúncias de abusos sexuais e outros crimes atribuídos ao médium João de Deus. São quatro promotores e duas psicólogas que vão se dedicar a investigar os casos. Até agora, vítimas ainda não se apresentaram formalmente ao Ministério Público. "Dependemos desses relatos para instruir a investigação e para que a Justiça seja realizada", afirmou o promotor de Alexânia, a cidade onde João de Deus faz os atendimentos, Steve Gonçalves Vasconcelos. Um e-mail (denuncias@mpgo.mp.br) foi criado especialmente para receber denúncias.

### MAZZA

#### Boas de volta

A 1ª Vara da Fazenda Pública Federal de Curitiba determinou de novo a liberação das cancelas da praça de pedágio de Jacarezinho e ainda o restabelecimento da redução tarifária em 26,75% de Jataizinho (R\$ 16) e Sertaneja (R\$ 13) que haviam sido afetadas por decisão do TRF4 que discutia apenas a competência do juízo que emitira a sentença anterior. É quase certo que a guerra continua e com novas batalhas.

11 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Saques de ex-auxiliar de Flávio Bolsonaro ocorriam após depósitos de valor similar

Padrão que se repetia nas maiores retiradas de dinheiro é característico de contas de passagem

Italo Nogueira

**RIO DE JANEIRO** Os maiores saques feitos em 2016 pelo policial militar Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), foram precedidos, geralmente na véspera, de depósito de valores de mesmo patamar.

Essa movimentação é característica de uma conta de passagem, na qual o real destinatário do valor creditado não é o seu titular. O uso de dinheiro em espécie nas duas pontas da operação reforça esse indício.

Queiroz foi citado num relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) como tendo apresentado uma movimentação financeira atípica de R\$ 1,2 milhão em 2016. O alerta se deve tanto ao volume como à forma com que as transações foram feitas. O documento, contudo, não é o suficiente para apontar algum ato ilegal.

O Ministério Público do Rio de Janeiro instaurou uma investigação criminal sigilosa com base no relatório, que cita membros do gabinete de 22 deputados estaduais —entre eles Flávio Bolsonaro.

Do total movimentado, R\$ 324,8 mil se referem a saques e R\$ 216,5 mil a depósitos em espécie —os demais valores são transferências identificadas, entre outras operações.

Dos 176 saques realizados pelo policial militar naquele ano, 50 foram de valores acima de R\$ 2.000. Apenas um, contudo, superou os R\$ 10 mil, no qual a comunicação ao Coaf é automática.

Na maioria desses casos, o saque foi precedido de um depósito em espécie de valor em patamar semelhante. Nenhum, contudo, acima dos R\$ 10 mil.

Nos dias 16 e 17 de fevereiro, por exemplo, Queiroz fez três saques de R\$ 5.000 cada um, totalizando R\$ 15 mil. O movimento foi acompanhado de cinco depósitos em espécie feitos em sua conta entre os dias 15 e 17 de fevereiro; que somam R\$ 15,3 mil.

Movimento sincronizado também ocorreu em junho, quando nos dias 14 e 15 ele fez dois saques de R\$ 5.000, tendo recebido no mesmo período em depósito de dinheiro vivo R\$ 13,2 mil.

A ocorrência desses saques maiores mantém como padrão o fato de ocorrerem poucos dias após depósito em espécie de patamar semelhante. Em 35 dos 50 casos de retiradas acima de R\$ 2.000, depósito acima do mesmo valor ocorreu até um dia antes —algumas vezes, no mesmo dia. Ampliando o intervalo entre o depósito e o saque para três dias, a sincronia se

repete em 40 dos 50 maiores saques de Queiroz.

A correlação entre depósitos em dinheiro vivo e saque imediato também fica evidenciado em dezembro, quando o total sacado aumenta muito, assim como a entrada de dinheiro vivo.

No último mês do ano, por 12 vezes ele fez retiradas de dinheiro vivo acima de R\$ 2.000, num total de R\$ 58 mil. O volume de entrada também cresce e alcança R\$ 41,6 mil distribuído em oito depósitos em espécie.

Procuradores, policiais federais e auditores fiscais afirmam que o uso de dinheiro vivo em transações bancárias costuma ter como objetivo ocultar o destinatário ou remetente dos recursos. A prática dificulta a identificação dos responsáveis pelas transações.

Uma das hipóteses já levantadas é de que o policial militar fosse o responsável por recolher uma parcela dos salários de assessores do gabinete de Flávio Bolsonaro —sete aparecem no relatório transferindo recursos a Queiroz.

**CONTINUA**

11 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Essa é uma prática comum no Legislativo, embora ilegal. Os recursos arrecadados podem tanto servir para campanhas políticas como para entrega ao titular do gabinete, entre outras possibilidades.

Não há até o momento, contudo, qualquer indício sobre o destino do dinheiro sacado por Queiroz. O relatório do Queiroz não foi localizado para comentar as informações do relatório. Flávio Bolsonaro afirmou que o ex-assessor lhe deu explicações plausíveis que deverão ser dadas ao Ministério Público Federal quando convocado.

### Entenda o relatório do Coaf

#### O que é o Coaf?

Órgão de inteligência que atua contra lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. É ligado ao Ministério da Fazenda, mas no próximo ano irá para a Justiça a pedido do futuro ministro, Sergio Moro.

#### Como ele trabalha?

O órgão recebe informações de setores que são obrigados por lei a informar transações suspeitas de lavagem. Bancos, corretoras, imobiliárias, joalherias e galerias de arte são obrigadas a comunicar, por exemplo, negócios pagos com dinheiro. Se detectar suspeita de crime, o Coaf encaminha o caso para o Ministério Público.

#### O que é movimentação atípica?

As instituições financeiras são obrigadas a informar todas as movimentações suspeitas acima de R\$ 30 mil. Quem tenta burlar essa norma, com movimentações menores fracionadas, entra no radar dos bancos. Depósitos em dinheiro vivo ou compra de seguro ou previdência privada com recursos de origem duvidosa também são considerados atípicos.

#### Movimentação atípica é crime?

O Coaf apontou em relatório que o ex-policial Fabrício Mârques, ex-assessor do deputado estadual Flávio Bolsonaro, movimentou R\$ 1,2 milhão entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, e que há saques e depósitos atípicos. Movimentação atípica só se torna crime se a origem do dinheiro for ilícita. A investigação sobre supostas ilegalidades no caso do ex-assessor do filho de Bolsonaro ainda não foi feita.

#### Como Jair Bolsonaro apareceu neste caso?

O ex-assessor de Flávio Bolsonaro repassou um cheque de R\$ 24 mil para a mulher do presidente eleito, Michelle Bolsonaro. Segundo Bolsonaro, o empréstimo foi de R\$ 40 mil e não consta de declaração de Imposto de Renda do presidente eleito.

#### Bolsonaro comete crime fiscal ao omitir um empréstimo?

Não, desde que ele ratifique a sua declaração de IR e mostre que tinha recursos disponíveis para emprestar o valor. Em casos similares, a Receita tem aplicado multa a quem omitiu o empréstimo.

CONTINUA

11 DEZ 2018

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Fato que não for esclarecido tem de ser apurado, diz Moro

Bernardo Caram

BRASÍLIA O futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, defendeu nesta segunda (10) que sejam esclarecidos os fatos relacionados ao relatório do Coaf que aponta movimentação financeira atípica de um ex-assessor de Flávio Bolsonaro (PSL).

Questionado por repórteres sobre o tema, Moro falou que é inapropriado, em sua posição, fazer comentários sobre casos concretos.

“Eu, na verdade, fui nomeado para ser ministro da Justiça. Não cabe a mim dar explicação sobre isso”, disse.

Em seguida, o ex-juiz comentou o caso e disse que explicações ainda precisam ser dadas.

“O presidente já apresentou algum esclarecimento. Tem outras pessoas que precisam prestar seus esclarecimentos. E os fatos, se não forem esclarecidos, têm que ser apurados”, disse.

Hoje vinculado ao Ministério da Fazenda, o Coaf passará para o Ministério da Justiça a partir do ano que vem. Sob sua responsabilidade, Moro disse que o órgão será reforçado.

“Haverá uma possibilidade de reforçar o corpo funcional, com o que se espera que haja uma maior eficiência. Também há uma intenção de deixá-lo trabalhando mais próximo dessas operações de investigação”, afirmou.

Na sexta-feira (7), o ex-magistrado se esquivou de comentar o caso.



O futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, participa com a mulher, Rosângela, da cerimônia de diplomação de Jair Bolsonaro, em Brasília Adriano Machado/Reuters

11 DEZ 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### Seguindo rastros

Funcionários familiarizados com a atuação do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) afirmam que só será possível entender a dimensão das transações identificadas nas contas de assessores da Assembleia Legislativa do Rio se os investigadores quebrarem o sigilo fiscal e examinarem as contas telefônicas dos envolvidos. O Ministério Público do Rio informou nesta segunda (10) que investiga pessoas que trabalharam para 22 deputados, entre eles Flávio Bolsonaro (PSL).

## PAINEL DO LEITOR

### Futuro governo

Noto que a transição para o novo governo tem enfrentado percalços, provocados por pessoas próximas ao presidente eleito. Com o coordenador da transição se contradizendo com frequência, a coisa fica complicada. O "mercado" a cada dia leva um susto, compartilhado por toda a população. O último foi a declaração de Onyx Lorenzoni de que o governo tem "quatro anos" para realizar a reforma da Previdência, considerada urgente e fundamental para o equilíbrio das contas públicas.

Antônio Dilson Pereira,  
advogado (Curitiba, PR)

### Seminário discute no DF combate à corrupção

SÃO PAULO Sergio Moro, futuro ministro da Justiça, participará nesta terça (11) da terceira edição do Seminário Caminhos Contra A Corrupção. O evento é organizado pelo Instituto Não Aceito Corrupção. O ex-juiz falará sobre o futuro da operação e do controle da corrupção no Brasil.

O encontro terá ainda Wagner Rosário, mantido à frente da Controladoria Geral da União por Jair Bolsonaro, Maria Tereza Uille Gomes, conselheira do CNJ; Karina Kufa, especialista em direito eleitoral com atuação na defesa de Bolsonaro no TSE, entre outros.

O evento ocorrerá das 8h30 às 19h, para inscritos no site do instituto, no auditório do Ministério Público do DF, em Brasília.

Laerte



11 DEZ 2018

## FOLHA DE S. PAULO

LUIS INÁCIO LUCENA ADAMS

Ex-advogado-geral da União (2009-2016, governos Lula e Dilma)

### Os limites da exposição pública

#### Não se legitima assédio ao ministro Lewandowski

Ganhou larga exposição da mídia incidente em que um ministro do Supremo Tribunal Federal foi assediado em um voo por um cidadão que questionava a instituição, acusando-a de ser uma vergonha para o país. Sem querer examinar a validade da atuação da Polícia Federal no caso, esse tipo de incidente se tornou uma característica recorrente no exercício da cidadania brasileira, potencializado pelo uso intensivo dos meios digitais de comunicação.

Isso evoca uma reflexão sobre os limites que devem ser estabelecidos para aqueles que se apresentam como cidadãos e querem ter participação na vida política brasileira.

O fato é que, para exercitar a manifestação política legítima, tem sido tolerado exercício do assédio comportamental ilegítimo e, em alguns casos, ilícito. Assédio, no caso, é a conduta que busca constranger um indivíduo mediante a insistência impertinente, perseguição, sugestão ou pretensão que impingem uma imagem negativa ou humilhante.

No caso, não se questiona o direito de um cidadão de fazer um questionamento público, via meios de comunicação social, sobre a conduta ou posição de uma instituição ou pessoa investida na função pública. Tal direito ao questionamento já foi enfrentado diversas vezes pelo Poder Judiciário brasileiro, e a liberdade de expressão garantida pelo próprio Supremo Tribunal.

Em julgamento encerrado em 2018 (ADI 4451), o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que "...não há liberdade de imprensa pela metade ou sob as tenazes da censura prévia, pouco importando o Poder estatal de que ela provenha." Isso para garantir a liberdade de expressão humorística no decorrer do processo eleitoral, limitando a ação da própria Justiça Eleitoral.

O próprio ministro Ricardo Lewandowski, na ADPF 130, em que foi julgada a famigerada Lei de Imprensa, afirmou textualmente: "Observo, finalmente, que nos países onde a imprensa é mais livre, onde a democra-

cia deita raízes mais profundas, salvo raras exceções, a manifestação do pensamento é totalmente livre, a exemplo do que ocorre nos EUA, no Reino Unido e na Austrália, sem que seja submetida a qualquer disciplina legal."

O que se questiona aqui é a forma que esse direito é exercido. Ninguém há de discordar de que o direito de manifestação quanto ao preço da gasolina no Brasil não autoriza que as pessoas saiam ateando fogo nos postos de gasolina ou nas refinarias. Até piquetes destinados a fechar os postos e refinarias não são aceitáveis. Foi o caso da questionável atuação dos caminhoneiros, bloqueando o acesso da população a produtos de necessidade básica, o que representa um exercício ilegal do direito de manifestação.

Da mesma forma, o direito à crítica às instituições públicas não autoriza o exercício desproporcional à instituição, mediante o assédio a um dos seus integrantes.

Não se trata de uma crítica civilizada, mas um esforço de exposição —alavancada pela utilização de mídias sociais— com a finalidade de denegrir a nossa Corte Constitucional, basicamente pelo fato de divergir das decisões tomadas no contexto de um sistema que deve balancear o correto combate à corrupção com a garantia dos direitos do indivíduos acusados, sejam inocentes, sejam culpados. A insatisfação com a conduta pública e a crítica não legitimam o ataque e o assédio a essas instituições, focados no esforço de deslegitimá-las.

# FOLHA DE S. PAULO

## Tribunal federal libera negociação entre Boeing e Embraer

11 DEZ 2018

Arthur Cagliari

SÃO PAULO O TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) cassou liminar que suspendia o acordo para a criação de uma joint venture entre a americana Boeing e a brasileira Embraer.

Na semana passada, uma liminar que atendia a um pedido feito por deputados petistas em uma ação popular foi concedida pelo juiz federal Victorio Giuzio Neto, da 24ª Vara Cível de São Paulo, para suspender a negociação.

A compra de 80% da divisão de jatos comerciais da Embraer por US\$ 3,8 bilhões pela Boeing foi acertada em julho, mas o negócio continua em aberto.

Na decisão desta segunda-feira (10), o desembargador Luiz Alberto de Souza Ribeiro escreveu que “a invasão do Judiciário na autonomia privada das partes causa insegurança jurídica”.

O desembargador também considerou que a ação é precipitada e infundada. “Esta ação apenas estaria a basear-se em meras cogitações de supostas violações a interesses públicos, sem base concreta, talvez movidas apenas por motivações meramente ideológicas.”

O deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP) criticou a decisão.

“É estranho, porque quem tomou essa decisão não fomos nós. Quem tomou essa decisão foi um juiz de primeira instância. Um juiz federal, que não me pareceu ter nenhuma vinculação ideológica.”

JORNAL DO ÔNIBUS 11 DEZ 2018

# Bolsonaro pede confiança de quem não votou nele

## Discurso após a diplomação foi curto e conciso

Valter Campanato/Ag

No discurso de diplomação feito ontem, o presidente eleito Jair Bolsonaro prometeu governar para todos, sem qualquer distinção ou discriminação. Bolsonaro pediu a confiança daqueles que não votaram nele. Também afirmou que o voto popular é um “compromisso inquebrantável”. Segundo ele, a construção de uma nação mais justa depende da “ruptura de práticas que retardaram o progresso no país”, como mentiras e manipulação.

“A partir de 1º de janeiro, serei o presidente dos 210 milhões de brasileiros. Governarei em benefício de todos sem distinção de origem social, raça, sexo, cor, idade ou religião”, afirmou o presidente eleito durante a cerimônia de diplomação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele disse



■ Bolsonaro e Rosa Weber: agradecimento a Deus por estar vivo depois de facada

que a diplomação representa o reconhecimento da decisão do eleitorado brasileiro, em “eleições livres e justas”.

Agradeceu o trabalho da Justiça Eleitoral, o apoio da família e os 57 milhões de votos.

Em primeiro lugar, agradeceu a Deus por estar vivo, após ter sido esfaqueado no início da campanha eleitoral, e afirmou que cumprirá sua determinação de transformar o país em um local de justiça social. ■

## Rosa Weber faz discurso pró-direitos humanos

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Rosa Weber, defendeu ontem os direitos humanos durante a cerimônia de diplomação do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e do vice, general Hamilton Mourão. Rosa Weber discursou após Bolsonaro e lembrou que ontem eram comemorados 70 anos da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para a ministra, a declaração assegurou que todos devem ser tratados

igualmente e que as minorias devem ser respeitadas.

“A democracia é também exercício constante de diálogo e de tolerância, de mútua compreensão das diferenças, sopesamento pacífico de ideias distintas, até mesmo antagônicas, sem que a vontade da maioria, cuja legitimidade não se contesta, busque suprimir ou abafar a opinião dos grupos minoritários, muito menos tolher ou comprometer os direitos constitucionalmente assegurados”, disse Rosa Weber. ■

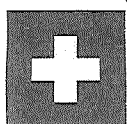


11 DEZ 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Operação acaba com esquema para furar a fila do SUS

Gaeco prendeu 13 pessoas, entre médicos, políticos e empresários



O Gaeco prendeu ontem 13 pessoas acusadas de cobrar para que pacientes furassem a fila do SUS. Os valores cobrados dos pacientes variavam entre R\$ 2 e R\$ 8 mil, de acordo com o coordenador do Gaeco, Leonir Batisti. “Não só imoral como contraria a lei, porque se nós criamos um sistema. Nós colocamos as pessoas em igualdade de condições. Então, o que deve ser atendido antes é aquele justificável pela emergência e não uma pessoa com a mesma emergência que outra ser passada pra trás na fila porque não paga a parte”, disse Batisti.

Os mandados de busca são cumpridos em dez cidades (Curitiba, Campo Largo, Marechal Cândido Rondon, Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Telêmaco Borba, Bandeirantes, Campo Magro, Colombo e Siqueira Campos), atingindo o gabinete de um deputado estadual na Assembleia Legislativa,

o diretório de um partido político, hospital e clínicas. O gabinete do deputado estadual Ademir Bier (PSD), na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em Curitiba, está entre os alvos. O Gaeco chegou ao local por volta das 7h. ■

## Justiça derruba liminar que vetava fusão da Embraer e Boeing

O desembargador Souza Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), derrubou a liminar da 24ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo que impedia, temporariamente, o processo de transferência da Embraer para a Boeing. Para o magistrado, a ação popular foi “precipitada, infundada e carente de demonstração de qualquer vício de legalidade da operação negocial em andamento”.

No entendimento do

desembargador, a negociação ocorre “entre duas empresas privadas, que operam segundo os princípios da livre iniciativa e liberdade negocial, não se vislumbrando afetação a interesses públicos e nem restrições advindas de normas jurídicas em geral, constitucionais ou legais, de forma que se mostra incabível qualquer interferência do Poder Judiciário em tais ajustes que destoe do controle da legitimidade dos atos praticados”. ■

11 DEZ 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

# MP do Rio investiga

# ex-motorista de

# filho de Bolsonaro

Procuradoria apura movimentações atípicas em nome de 75 assessores e ex-auxiliares na Assembleia, entre elas, o R\$ 1,2 mi de Fabrício Queiroz

Constança Rezende / RIO  
Fábio Serapião / BRASÍLIA

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) investiga movimentações atípicas em contas bancárias de 75 assessores e ex-auxiliares de 22 deputados estaduais fluminenses detectadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Um dos investigados é o ex-motorista Fabrício José Carlos de Queiroz, que trabalhou como assessor parlamentar do deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

A partir do relatório do Coaf foram encontradas movimentações atípicas em contas de funcionários ou ex-comissionados de deputados da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). As investigações apuram também doações feitas aos parlamentares por parte dos auxiliares investigados, além de pagamentos de contas pessoais dos parlamentares ou de seus familiares por alguns servidores.

“No total, foram identificados 75 servidores e ex-servidores da Alerj que apresentaram movimentação financeira suspeita registrada em contas de sua titularidade”, afirma o relatório obtido pelo Estado.

De acordo com relatório produzido pelo Coaf, revelado pelo Estado na quinta-feira passada, Queiroz movimentou de 1.º de janeiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017, R\$ 1,2 milhão. A quantia é considerada incompatível com as condições financeiras do ex-funcionário. O caso es-

tá sendo analisado pelo Grupo de Atribuição Originária Criminal da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. É desse órgão a atribuição legal para analisar supostos crimes de deputados estaduais.

**Operação.** As investigações abertas no âmbito estadual pela Procuradoria Geral de Justiça do Rio são independentes das apurações conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) na Operação Furna da Onça, que levou à prisão 10 deputados estaduais. A Furna da Onça está a cargo da Lava Jato do Rio que teve acesso ao relatório do Coaf há cerca de seis meses. De acordo com fontes ouvidas pelo Estado, dentro do âmbito da operação que prendeu os deputados fluminenses, não foram encontrados elementos de envolvimento dos citados no documento no esquema desmantelado na investigação da Lava Jato.

## Depósito foi para quitar empréstimo

● O deputado Flávio Bolsonaro afirmou na semana passada ter ouvido de Queiroz uma explicação para a movimentação atípica, mas se recusou a revelá-la, segundo ele a pedido do advogado de seu ex-assessor. O presidente eleito Jair Bolsonaro afirmou ter feito um empréstimo de R\$ 40 mil a Queiroz, que teria saldado a dívida em parcelas com créditos na conta de Michelle. O ex-motorista não comenta o caso.

A Furna da Onça apura crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, loteamento de cargos públicos e de mão de obra terceirizada, principalmente no Detran-RJ. Como o MPF não tem competência legal para investigar crimes não federais supostamente cometidos por deputados estaduais, a parte das apurações que envolve as movimentações atípicas ficou com o MPRJ.

O ex-motorista, que atuava também como segurança, foi exonerado do gabinete de Flávio Bolsonaro em 15 de outubro deste ano. Queiroz, que também é policial militar, mas estava cedido ao Poder Legislativo, trabalhou para Flávio Bolsonaro por mais de dez anos, segundo nota divulgada pelo gabinete do parlamentar. O Coaf detectou que da sua conta saíram recursos depositados em nome da futura primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Foram R\$ 24 mil reais, segundo o relatório do conselho.

O documento também afirma que foram identificadas na conta transações envolvendo dinheiro em espécie, embora Queiroz exercesse atividade cuja “característica é a utilização de outros instrumentos de transferência de recurso”. Foram achados ainda depósitos de outros assessores de Flávio na conta de Queiroz.

O Coaf informou que foi comunicado das movimentações de Queiroz pelo banco onde o ex-assessor mantém a sua conta. A instituição considerou que elas são “incompatíveis com o patrimônio, a atividade econômica ou ocupação profissional e a capacidade financeira” do ex-motorista.

11 DEZ 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

# A façanha de errar de véspera

O governo de Jair Bolsonaro & família ainda não começou, mas tem conseguido a façanha de errar antes da estreia, com explicações que, em vez de explicarem e esclarecerem, geram mais suspeitas. É lamentável o modo como Jair Bolsonaro e sua equipe vêm tratando o caso relativo ao ex-assessor de deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho mais velho do presidente eleito.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) detectou movimentação atípica, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, no valor de R\$ 1,2 milhão, feita por Fabrício Queiroz, policial militar que, até 15 de outubro, estava lotado no gabinete de Flávio Bolsonaro. Segundo o Coaf, as movimentações são “incompatíveis com o patrimônio, a atividade econômica ou ocupação profissional e a capacidade financeira” do ex-assessor parlamentar.

O documento do Coaf foi anexado pelo Ministério Público Federal (MPF) à investigação que deu origem à Operação “Furna da Onça”, deflagrada no mês passado e que levou à prisão dez deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Entre as transações listadas, consta a compensação de um cheque de R\$ 24 mil em favor da mulher do presidente eleito, Michelle Bolsonaro.

Em relação a esse cheque, Jair Bolsonaro disse que era o

pagamento de uma dívida de Queiroz, e que não a declarara ao Imposto de Renda porque os repasses foram crescendo. “O empréstimo foi se avolumando e eu não posso, de um ano para o outro, (colocar) mais R\$ 10 mil, mais R\$ 15 mil. (...) Foi na (conta) da minha esposa, pode considerar na minha. Só não foi na minha por uma questão de mobilidade”, disse Jair Bolsonaro. Como se esclarecesse definitivamente o assunto, o presidente eleito ainda afirmou que “ninguém recebe ou dá dinheiro sujo com cheque nominal” e que sobre “a conta do Queiroz não tenho nada a falar”. Questionado pelo Estado sobre a movimentação financeira considerada atípica, Queiroz respondeu que não sabe “nada sobre o assunto”.

Não bastasse a falta de clareza em tema tão sensível, o futuro ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, tratou o caso como se fosse perseguição da imprensa contra Jair Bolsonaro. “Quero pedir para a imprensa que nos acompanha, por favor, uma trégua, em nome do Brasil”, disse Onyx Lorenzoni na sexta-feira passada.

“Algumas áreas da imprensa brasileira abriram francamente um terceiro turno. Temos nossas limitações, nossas dificuldades. Vamos fazer um grande pacto. Não ganhamos carta em branco. Sabemos que temos oposição. Temos tido todo respeito do ponto de vista do futuro do nosso país. A partir do dia 1.º de janeiro, quando o governo assumir e tiver dire-

triz, aí sim, se estiver errado, crítica”, afirmou Lorenzoni.

É preocupante a confusão feita por ele. A governabilidade exige clareza de informações e não comporta explicações pela metade de quem se elegeu proclamando a alvorada da honestidade na política. Não há nenhuma tentativa de terceiro turno. O presidente eleito para assumir o Palácio do Planalto no dia 1.º de janeiro de 2019 é Jair Bolsonaro e, justamente por isso, deve à população explicações consistentes, bem fundamentadas, sobre assunto que afeta sua família, que teve e tem grande influência sobre a política nacional. Eleito com a bandeira de uma nova moralidade pública – repetimos –, Jair Bolsonaro não pode deixar dúvidas sobre a lisura de seus familiares no trato de dinheiro.

Pedir trégua à imprensa, atribuindo o caso a uma injusta perseguição, beira a irresponsabilidade. Além de revelar completo desconhecimento do papel da imprensa num Estado Democrático de Direito, a declaração de Onyx Lorenzoni traz dúvidas sobre a capacidade do futuro governo de lidar com situações adversas.

A equipe de Bolsonaro parece não se dar conta de que, em menos de um mês, terá a responsabilidade de governar o País. Enfrentará problemas muito mais sérios do que este. Precisar, por isso, demonstrar maturidade, seja para esclarecer as questões que virão à tona, seja para não criar novos problemas.

11 DEZ 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

## MPE reforça escolta de promotor ameaçado pelo PCC

*Felipe Resk*

O Ministério Público Estadual (MPE) montou uma força-tarefa para investigar a ameaça do Primeiro Comando da Capital (PCC) ao promotor Lincoln Gakiya, responsável por pedir à Justiça a transferência de líderes da facção para presídios federais. Referência no combate ao crime organizado e autor de denúncias contra membros do PCC, Gakiya já tinha esquema de segurança à disposição. A escolta, porém, foi reforçada.

“O promotor já está devidamente amparado, com toda segurança necessária para que continue o exercício regular do seu trabalho”, afirmou ontem Gianpaolo Smanio, procurador-geral de Justiça de São Paulo. Ele também disse que o MPE não seria “intimidado” com as ameaças. “Se sair um promotor, entram outros”, disse. “Se necessário, serão os 2 mil promotores ou promotoras.”

No domingo, a polícia prendeu em flagrante Maria Elaine de Oliveira e Alessandra Cristina Vieira, mulheres de detentos da Penitenciária 2 de Presidente Venceslau (SP), onde cumprem penas os chefes do PCC, entre eles Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola. Elas levavam cartas com ameaças a Gakiya e ao coordenador dos presídios no oeste do Estado, Roberto Medina.

O “salve”, comunicado da facção com ordens de sua cúpula e a resposta dos subordinados, foi decodificado pela inteligência da polícia. Os bandidos afirmam à cúpula que estão com o levantamento completo de Medina, chamado pelos bandidos de “frango”. “Dá pra fazer ele a hora que quiser. Nós (sic) já tem o carro e o orário (sic) tudo dele”, diz o documento.

Segundo esse comunicado, o outro “frango”, o “japonês” (Gakiya) “é um pouco mais complicado”: “A cidade dele (*Presidente Prudente*) é bem maior”. O segundo “salve” mostra que a missão de matar as duas autoridades seria cumprida pela “sintonia restrita”, setor do PCC responsável por assassinar membros do sistema penitenciário federal em 2016 e 2017.

**Força-tarefa.** Cinco membros do MPE foram designados para força-tarefa que apura a origem das cartas. “Não sabemos se foi estratégia do crime, se foi vazado de propósito ou não”, afirmou Smanio.

Em novembro, o Estado revelou que o PCC também planejava assassinar o ex-secretário da Segurança Pública Antonio Ferreira Pinto, primeiro a decidir mandar chefes do PCC para presídios federais. Ele está sob proteção judicial.

11 DEZ 2018

# BEMPARANÁ

## Alep aprova auxílios saúde e creche de R\$ 38 milhões

Benefícios são pagos a servidores do próprio Legislativo e Tribunal de Contas

Da Redação

Os deputados estaduais aprovaram ontem dois projetos que preveem o pagamento de auxílio-saúde para os servidores da própria Assembleia Legislativa, e dos auxílios saúde e creche para os funcionários do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR). Os novos benefícios terão um custo adicional para os cofres do Estado de mais de R\$ 38 milhões ao ano a partir de 2019. A alegação de ambos os órgãos é de que esses auxílios já seriam pagos a servidores de outros poderes.

No caso do auxílio-saúde, os valores previstos tanto para o funcionários da Assembleia quanto do Tribunal de Contas são os mesmos e variar de R\$ 353,99 mensais para a faixa etária entre 18 e 23 anos, a R\$ 1.297,19 para 59 anos ou mais. Em relação à Assembleia, o custo adicional para os cofres públicos seria de R\$ 2 milhões mensais, ou R\$ 24.216.235,56 ao ano.

A proposta do tribunal estabelece que o auxílio-creche será de R\$ 792,28 mensais por funcionário, corrigidos anualmente. O impacto da criação dos dois benefícios será de R\$ 14,5



Assembleia alega que outros poderes já pagam

milhões em 2019, R\$ 15,1 milhões em 2020 e R\$ 15,7 milhões em 2021.

O projeto do TCE foi encaminhado ao Legislativo no último dia 20, um dia depois do governador eleito, Ratinho Júnior (PSD), anunciar a intenção de reduzir o repasse de recursos para a Assembleia e usar o dinheiro para investimentos do Estado em obras e serviços públicos. O TCE é um órgão vinculado ao Legislativo.

A proposta encampada pelo governador eleito previa diminuir, já no ano que vem, de 3,1% para 2,5% o percentual da receita líquida do Estado a que o Legislativo tem direito anualmente para custear suas despesas, o que garantiria um reforço de caixa de R\$ 135 milhões ao ano para o Executivo. A redução de-

pendência de alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, já aprovada pelos deputados em julho deste ano. A iniciativa precisaria partir da atual governadora, Cida Borghetti (PP), que a encaminhou ontem ao Legislativo.

No Paraná, Legislativo, Judiciário e Ministério Público têm direito a 18,6% do que o Estado arrecada anualmente. Esse percentual é dividido em 9,5% para o Judiciário; 4,1% para o MP; e 5% para o Legislativo. Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, 1,9% cabe ao Tribunal de Contas e 3,1% à Assembleia.

No papel - Apesar do apoio tanto do governador eleito quanto da atual governadora, a redução da verba do Legislativo, porém, não saiu do papel.

A alegação do presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), foi de que a procuradoria jurídica da Casa considerou que a mudança seria inconstitucional. O Orçamento do Estado para 2019, aprovado na semana passada, manteve os 3,1% da receita ou R\$ 748 milhões para o Legislativo no ano que vem. Ontem, Traiano disse que não vai colocar a emenda de Cida em votação porque o Orçamento já foi aprovado e não haveria mais tempo para promover a alteração.

Na semana passada, Traiano também defendeu tanto a criação do auxílio saúde para os servidores do Legislativo, quanto o provável aumento dos salários dos parlamentares, na esteira do reajuste de 16,38% dos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Caso o reajuste seja replicado na Assembleia, os salários dos deputados estaduais passariam dos atuais R\$ 25.322,25 para R\$ 29.469,75 mensais, com impacto de R\$ 3 milhões a mais ao ano. "Tudo isto já está definido dentro do nosso orçamento", alegou o tucano.

Sandro Nascimento/Alep

11 DEZ 2018

# BEM PARANÁ

## Ministra do TSE defende direitos humanos

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, fez um discurso de proteção das minorias e dos direitos humanos durante a diplomação do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) no TSE. A ministra destacou que a solenidade ocorre em data “emblemática”, quando se comemora o Dia dos Direitos Humanos, e que a vontade da maioria não pode “abafar” a opinião dos grupos minoritários.

“A democracia não se resume a escolhas periódicas por voto secreto e livre de governantes. É também exercício constante de diálogo e de tolerância, de mútua compreensão das diferenças, de sopesamento pacífico de ideias antagônicas. Sem que a vontade da maioria busque suprimir ou abafar a opinião dos grupos minoritários, e muito menos tolher ou comprometer os direitos constitucionalmente assegurados”, disse. A ministra destacou a fala do presidente eleito quando afirmou que a Constituição será o norte de seu governo.

## Aprovado

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná aprovou, na última sexta-feira, a prestação de contas da campanha do governador eleito, **Ratinho Junior (PSD)** e de seu vice, Darci Piana (PSD). Ratinho Jr declarou ter recebido doações



no total de R\$8.957.600,42 e registrou gastos da ordem de R\$8.813.765,57. Do total recebido, R\$3.494.233,33 vieram do partido. O apresentador de TV e pai de Ratinho Jr, Carlos Massa Ratinho, doou R\$1.537.852,80 para a campanha do filho. O próprio Ratinho Jr também investiu R\$ 1 milhão.